

INCLUSÃO E EXCLUSÃO: AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NESSE JOGO DE TODOS E DE NINGUÉM...

Lázaro Santos Santos¹,
Eloiza da Silva Gomes de Oliveira²

Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ), Brasil

¹lzuerj@gmail.com

²eloizaoliveiraj@uol.com.br

Resumo- Este trabalho, parte do desafio de refletir sobre as crises das concepções teóricas das ciências sociais e humanas diante da crise do capitalismo que têm início no final do século XX e início do XXI. Essas reflexões tiveram como ponto de partida os debates que ocorreram no Fórum Interdisciplinar I, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, mais propriamente sobre as discussões em torno da perspectiva teórica de Manuel Castells. Partindo disso, tratarei de questões ligadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e algumas contribuições e contradições trazidas pelo autor citado, bem como outros que também teorizam sobre as questões enunciadas. Assim, pretendo discutir de que maneira Castells e outros colaboram para o debate sobre as questões relacionadas às ciências humanas e sociais e quais são os pontos de encontro e desencontro em seus trabalhos. Para tanto, parto da seguinte pergunta: como é possível excluir em uma sociedade cuja grande promessa é a inclusão? É essa a questão sobre a qual me debruço nesse trabalho, levanto em consideração que vivemos em uma organização social denominada por alguns como “sociedade em rede” (Castells, 1999^a), devido ao seu caráter global, mediado por tecnologias da informação e conhecimento, de alcance planetário.

Palavras-chave: *espaço e tempo; inclusão e exclusão digital e social; redes*

Área temática: A inclusão digital: capacitação, integração e desenvolvimento.

Encontros e desencontros da “sociedade em rede”

Assim, pretendo discutir de que maneira Castells e outros colaboram para o debate sobre as questões relacionadas às ciências humanas e sociais e quais são os pontos de encontro e desencontro em seus trabalhos.

Para tanto, parto da seguinte pergunta: *como é possível excluir em uma sociedade cuja grande promessa é a inclusão?*

É essa a questão sobre a qual me debruço nesse trabalho, levanto em consideração que vivemos em uma organização social denominada por alguns como “sociedade em rede” (Castells, 1999^a), devido ao seu caráter global, mediado por tecnologias da informação e conhecimento, de alcance planetário.

Parto do pressuposto, portanto, que a dita “sociedade em rede” não tem levado a

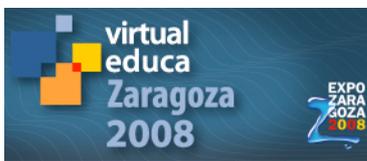
um processo de inclusão, seja social, ou digital (uma das condições básicas para seu pertencimento a essa sociedade), além de, pelo contrário, aumentar a margem de exclusão, seja por questões de ordem prática, seja por meio de discursos, que levam a sistemas de poder Foucault (1984).

Acredito dessa maneira que, antes de discutir, propriamente, o que leva ou não à exclusão na sociedade em rede, seja necessário debater o conceito de exclusão e inclusão.

Após esse discussão, tomarei como campo a implicação desses conceitos à nossa sociedade, que também tem sido denominada de “sociedade do conhecimento”, ou ainda para outros, como “cibercultura” (Levy, 1999).

Castells: contribuições e contradições

Algumas críticas são necessárias do ponto de vista teórico adotado por Castells,



para que não entremos em um ciclo de adaptação aos sistemas existentes, ao invés de buscarmos uma ruptura do mesmo.

Pensamos, a princípio, no conceito de rede, que se por um lado proporciona relações horizontais entre os sujeitos, e participação ativa na sociedade atual, por outro lado incorre no risco de encobrir as diferenças existentes.

A própria estrutura da rede é plana, qualitária, contudo, ao aplicarmos em nossa sociedade, devemos lembrar que, nem de longe vivemos relações igualitárias, horizontais.

Essa rede é constituída de diversos níveis, contradições diferenças, que não podem ser postas no mesmo plano.

Em relação a isso, o próprio Castells (2003) responde, quando trata da *divisão digital*.

O autor questiona: *é realmente verdade que as pessoas e países tornam-se excluídos por estarem desconectados de redes baseadas na Internet?* (Castells, 2003, p. 203).

Ou ainda, *ao contrário, é por estarem conectados que se tornam dependentes de economias e culturas, numa relação em que têm pouca chance de encontrar seu próprio caminho de bem-estar material e identidade cultural?* (idem)

Agora, a mais desafiadora das questões: *sob que condições, e para que objetivos, a inclusão/exclusão em redes baseadas na Internet se traduz em melhores oportunidades ou maior desigualdade?* (idem)

À primeira e segunda questões, poderíamos dizer que tornam-se sim, excluídos, na medida em que grande parte da relações sócio-econômicas da sociedade contemporânea giram em torno da utilização da Internet.

Por outro lado essas perguntas nos levam ao questionamento de: qual é a extensão dessa rede? Até que ponto estamos dentro ou fora dessa rede global, ou estamos sujeito à "globalização"?

Ao tentar responder essas indagações, chegamos à terceira discussão retirada de Castells, ou seja, sobre as melhores oportunidades ou maiores desigualdades.

A inclusão e exclusão digital têm passado por projetos que, em sua maioria, consideram que a disponibilidade de equipamentos e conexão bastam para a inclusão dos sujeitos.

Neste sentido, os recursos têm sido mais voltados para a aquisição de bens materiais e tecnologias digitais, do que à formação dos indivíduos.

A própria inclusão digital que tem tomado nossas mentes e corpos precisa ser repensada nas ideologias que a sustentam.

Temos visto sim, um avanço significativo em relação ao uso e compra de tecnologias que nos "mantenham conectados a essa rede", contudo, essas práticas vêm acompanhadas por uma política econômica bem intensa de venda de produtos informáticos.

Não estou afirmando que não devemos pensar em inclusão digital e mais, em inclusão social. A questão central, já indicada por Castells é: sob que base fazemos isso? Sob uma lógica de mercado ou sob uma proposta de formação humana?

As pessoas têm cada vez mais condições de adquirir os equipamentos digitais, mas têm condições de formação para questionar o que é produzido na rede? Têm como produzir seus próprios materiais na rede? O que estão produzindo? Qual é o papel da escola?

São questionamentos que diferenciam a lógica do mercado e da formação humana.

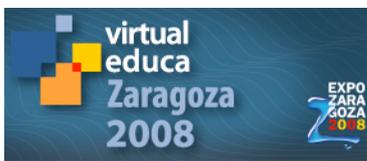
Voltando ao ponto do espaço e tempo, reconhecemos que as tecnologias digitais, hoje, têm muito a contribuir para uma maior inclusão, tanto social, quanto digital, mas quais são os projetos que acompanham tais iniciativas?

Quando Castells nos fala de tempo, reconhece que um dos grandes paradigmas atuais é a potencialidade das TICs em relação ao trabalho humano.

Essas tecnologias que poderiam simplificar e diminuir o tempo de trabalho estão sendo utilizadas pelos poderes economicamente hegemônicos para gerar uma "mais valia" do trabalho.

Trabalha-se cada vez mais, em diversos lugares, não importando a hora.

Esse não estar pode ser por vários motivos, entre eles, por opção. Daí, vemos mais uma vez o discurso sedutor da inclusão deixando esses à margem, chamando-nos de



excluídos, até mesmo aqueles que nem vontade têm de se incluírem.

Ou excluídos digitais são aqueles que antes de estarem fora da rede global de informações, sempre estiveram fora da rede de alimentação, da rede política, da rede cultural, ou pior, à margem até da rede de esgoto!

Como nos diz Cardoso (2006),

Especialmente sob o impacto das novas tecnologias aplicadas à produção industrial, o capital reorganiza seu processo de internacionalização e modifica suas relações com o trabalho, sobretudo no setor industrial, fazendo desregular antigos “direitos” trabalhistas e adotando crescentemente o que se chama de “flexibilização” dos contratos salariais, que estabelecem na verdade novas relações de precarização do emprego. (p.41)

A *compressão espaço temporal*, conceituada por Castells, nos dá indicativos de como andam as relações capitalistas na atualidade.

Não temos tempo, os espaços se estendem, tudo isso para que consigamos produzir mais, trabalhar mais, em qualquer espaço, a qualquer hora.

E daí, tempos implicações à educação, que discutirei em seguida.

Espaço e tempo na educação: EAD sobre as mesmas ou outras lógicas... Alguns resultados

Conforme afirmei anteriormente, para além das imposições de mercado, devemos pensar na formação humana.

A educação institucionalizada, como parte integrante da sociedade, e de seus processos e práticas sociais e históricas tem, nos dias de hoje, sido afetadas pelas TICs.

Castells (2003) afirma que,

[...] se há um consenso acerca das conseqüências sociais do maior acesso à informação é que a educação e o aprendizado permanente tornam-se recursos

essenciais para o bom desempenho no trabalho e o desenvolvimento pessoal. (p.211)

No ensino superior, a EAD vem ganhando um espaço cada vez maior, tanto com instituições públicas, quanto privadas.

O discurso que tem alicerçado ou justificado a necessidade das graduações na modalidade a distância é, principalmente, a democratização do ensino superior, bem como, a interiorização.

O Rio de Janeiro é emblemático nisso. Como afirmei, somente duas das seis universidades sediadas no seu território tem seus *campi* principais fora da capital: a UFF e a UENF.

As outras quatro instituições localizam-se na cidade do Rio de Janeiro, embora tenham unidades externas em outros municípios.

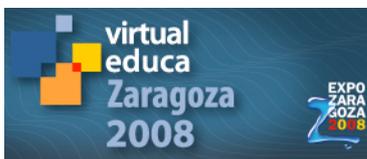
Isso não dá conta de atender à demanda existente no estado, o que justifica, de certa forma, a adoção dos cursos a distância.

O poder público deve a distância ou não se fazer presente à população fluminense (embora, lembremos, somente o ensino fundamental seja obrigação do Estado).

Devemos estar atentos, em contrapartida, à justificação da EAD somente sob esses argumentos, ou seja, de interiorização e democratização.

Isso porque há nessa perspectiva uma possibilidade de não rompermos com questões essenciais que devem ser superadas, como por exemplo:

- Trabalho x tempo: se a EAD assenta-se em um discurso de alternativa às pessoas que trabalham e não têm tempo para cursar uma graduação presencial nos horários nos quais essas ocorrem, é necessário questionar antes: que tempo de trabalho é esse que não proporciona aos sujeitos a possibilidade de formação? Ou mais, em se tratando no caso de um curso de formação de professores, no qual grande parte dos discentes está atuando em escolas como entender que estes não tenham tempo para estudar, se são formadores? Quais são seus espaços de formação?



- Dificuldades financeiras: se a EAD abre possibilidades dos discentes de, em seus espaços-tempos, cursarem uma graduação com mais flexibilidade, contudo, temos que questionar a justificativa de que a educação a distância seria mais vantajosa em vista dos seus custos e de possibilitar a inserção na graduação de sujeitos que, por motivos econômicos, não teriam como estar em um curso superior tradicional.

Sejam professores ou não, os estudantes, trabalhadores, deveriam antes de tudo ter por aquilo que fazem, condições econômicas justas para suprirem suas necessidades.

Por outro lado, embora se trate de um curso semi-presencial público, sabemos que mesmo assim envolvem gastos, bem como em um curso presencial. Porém, deveríamos questionar não somente o preço do livro, mas aquilo que faz com que esse preço seja praticamente inalcançável para a maioria dos trabalhadores. Seria um salário mais justo? Seria o padrão capitalista imposto vigente?

Precisamos, portanto, pensar em alternativas de superação e não somente em desvios, o que nos leva ao terceiro argumento a ser questionado;

- EAD como alternativa de democratização frente ao presencial: no meu entender, esse é o argumento mais complicado entre aqueles que defendem a EAD como política pública de acesso ao ensino superior. Para explicitar do que se trata, trarei a contribuição de dois autores com os quais já trabalhei nesse texto, Castells (1999) e Oliveira (2005).

Quando Castells nos diz que

Escola e universidade, paradoxalmente, são as instituições menos afetadas pela lógica virtual embutida na tecnologia da informação, apesar uso previsível quase universal de computadores nas salas de aula dos países desenvolvidos. (...) Mas elas não desaparecerão no espaço virtual No caso das universidades, porque a qualidade da educação ainda está,

e estará por um longo tempo, associada à intensidade da interação pessoal (Castells, 1999, p. 486)

No trecho a seguir, vem o cerne da problemática desses discurso, quando, ainda neste autor, vemos que,

Por conseguinte, as experiências em larga escala de “universidades à distância”, independentemente de sua qualidade (...) parecem posicioná-la como **uma segunda opção em formas de educação**, desempenhando papel significativo em um futuro sistema aperfeiçoado de educação de adultos, mas **não como substitutas** das atuais instituições de educação superior (grifo meu) (Castells, 1999, p. 486-487)

Assim, embora a EAD proporcione uma apropriação diferenciada do espaço-tempo por parte dos estudantes, ela não pode ser entendida somente como uma “segunda opção”.

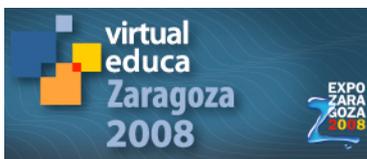
É sobre esse discurso que, aparentemente, defende a EAD como modalidade de educação, que encontra-se um dos pontos que, creio eu, impede sua efetiva legitimação.

Ora, a EAD não pode ser entendida somente como uma segunda opção, ou como costume dizer, uma “via de escape”, para aqueles que *moram longe, não tem dinheiro*, não têm tempo, mas também como POSSIBILIDADE para estes.

Digo possibilidade porque, como modalidade educativa, a EAD tem suas características próprias, inclusive no que diz respeito à espaço temporalidade, bem como, em relação à cognição.

É necessário ao invés de compararmos a EAD com os cursos presenciais, é necessário criar parâmetro próprios para os cursos a distância.

A legitimação desses cursos não virá por simples comparação com as graduações tradicionais, mas sim, na medida em que houver entendimento de que, os cursos a distância nas suas particularidades, apresentam também novas epistemologias.



Possibilidades de debate...

Ao longo desse trabalho, procurei discutir a problemática da inclusão e exclusão social e também outra modalidade vigente de diferenciação social, que é a exclusão digital.

Tentei ressaltar a tese de que, o discurso e as práticas de inclusão digital sem antes minimizar as diferenças sociais, ao invés de gerar maior igualdade, podem aprofundar o fosso entre os ditos incluídos e os excluídos.

Além disso, trouxe ao debate o caso dos cursos de formação superior a modalidade a distância, que, se por um lado têm um potencial inclusivo e democratizante da educação, pode por outro, levar a exclusões de outras categorias, não cumprindo assim com a sua proposta.

Daí, a pergunta inicialmente feita, seria como excluir em uma sociedade que tem como grande promessa a inclusão?

Entendo que grande parte dessa promessa está calcada na dita revolução tecnológica, ou como dizem, sociedade em rede, cuja base material é o avanço das tecnologias da informação e comunicação.

Tal base permitiria a comunicação global, o mundo sem fronteiras e um redimensionamento no tempo e no espaço. Portanto, acredita-se que a base para a inclusão esteja nessa nova modalidade tecnológica.

Esse benefícios se espalhariam por diversos campos da sociedade, como por exemplo, economia, saúde, cultura, lazer, a própria religião, e como não poderia deixar de ser, a educação.

Contudo, tomando a educação como marco referencial, temos visto que, não é só pela utilização e promessa calcada nas tecnologias digitais que teremos um salto qualitativo em relação à questão da exclusão.

Pelo contrário, quando não se sabe quais são os interesses que norteiam tais políticas, o que vemos é um aprofundamento, mesmo que velado, no fosso entre “incluídos” e “excluídos”.

Esse movimento se dá porque há questões anteriores a serem superadas e assim, não é somente a utilização e disseminação das tecnologias digitais que

otimizarão as vidas das pessoas, mas sim, um combate efetivo a dívidas sociais que ainda não foram tocadas em suas raízes.

O problema, passa ser então, uma ideologia de uma sociedade voltada para a inclusão com discursos e práticas a princípio inclusivas, mas que, no seu verdadeiro teor, continuam a aprofundar certas diferenças.

O desafio, talvez seja, pensar em uma sociedade plural, no qual *mouses* e facões convivam lado a lado, para ambos que os utilizam, as condições sociais, ainda passem longe dos discursos que pregam igualdade, melhor divisão de renda, entre outros.

É nessa mesma sociedade e rede que circulam informações, que nos teares, muitos ainda não superaram sua condição de opressão, portanto, quem são ou somos nós nessa rede?

Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede: A Era da Informação. Economia, sociedade e cultura**. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999A.

_____. **Poder da Identidade: A Era da Informação. Economia, sociedade e cultura**. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999B.

_____. **A Galáxia da Internet**. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

CARDOSO, M.L. Sobre as relações capitalistas. In: LIMA, J.C.F & NEVES, L.M.W. (Org.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cyberspaço**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

OLIVEIRA, E.S.G. & VILLARDI, R. **Tecnologia na Educação. Uma abordagem sócio-interacionista**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

WARSHAUER, M. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.